

Não há prazo para o Brasil retomar pagamentos

Divulgação externa

Sarney reúne o Conselho de Segurança e diz que só volta a pagar os juros quando o acordo sair

GILBERTO ALVES

O Brasil vai suspender o pagamento dos serviços de dívida de longo prazo, inclusive os juros, por tempo indeterminado até que consiga uma renegociação favorável com os credores. A decisão foi comunicada ontem pelo presidente Sarney durante reunião do Conselho de Segurança Nacional, que durou duas horas e meia. Em seguida, o presidente desceu ao subsolo do Palácio do Planalto para gravar o discurso que faria à Nação duas horas depois.

Aos membros do CSN, o Presidente comunicou ainda que o Brasil continuará pagando os juros da dívida de curto prazo e, enquanto isso, vai mantendo as discussões com os bancos internacionais para encontrar uma solução para o restante da dívida de longo prazo, que gira em torno de 75 bilhões de dólares. Segundo um dos participantes da reunião, que contou com as presenças dos presidentes da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, do 1º vice-presidente do Senado, José Ignácio e dos líderes da Aliança Democrática na Câmara e no Senado, foi o próprio presidente da República quem tomou a iniciativa de anunciar as medidas, para, em seguida, pedir para que cada ministro falasse.

Todos falaram, mas coube ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, fazer a exposição detalhada da situação brasileira tanto no campo interno como no externo. Segundo o informante, todos os presentes concordaram com as medidas propostas pelo Governo, e apenas o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, teria feito algumas observações discordantes. Não informou, porém, em que pontos o Ministro havia discordado. Em sua exposição, o mi-

nistro Dilson Funaro disse que as reservas cambiais, no momento, são de 3.962 bilhões de dólares.

Na reunião, segundo ainda essa fonte, não se falou dos esquemas a serem seguidos para o adiamento desse pagamento, cujo prazo não será, necessariamente, de 90 dias. O espaço da rolagem da dívida ficou em aberto e deverá ser acertado apenas quando o ministro da Fazenda começar as conversações com os banqueiros.

Em sua exposição ao plenário do CSN, o presidente da República mostrou as dificuldades que o País está enfrentando, em decorrência da queda das reservas cambiais e do saldo da balança comercial, explicando que nesses dois anos de mandato o Governo tentou resolver esses problemas, através de permanentes negociações com os bancos e o Fundo Monetário Internacional, mas não conseguiu encontrar uma saída que permitisse ao País recuperar suas reservas, continuar pagando os serviços da dívida externa e, ao mesmo tempo, prosseguir no crescimento da economia nacional, afastando a hipótese de uma recessão.

Disse ainda o presidente da República que, em vista disso, e porque os banqueiros não aceitavam as condições brasileiras, de nada adiantava o Governo fazer acordos e assinar cartas que o País não tinha condições de cumprir. O ministro da Fazenda informou ainda que, com os 3.962 bilhões de dólares de reservas cambiais o País terá condições de manter seu nível de crescimento até que a balança comercial melhore a sua performance, o que deverá ocorrer a partir do segundo semestre, de acordo com as expectativas de todos os técnicos da área econômica.